

EDUCAÇÃO POPULAR E AGROECOLOGIA: UM NOVO CONCEITO DE EDUCAR NA COMUNIDADE DE PAU BRANCO- MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA - BA

Antônio Domingos Moreira¹

Arlete Ramos dos Santos²

Resumo: O presente artigo apresenta resultados da pesquisa do mestrado acadêmico realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd - UESB. A pesquisa aconteceu na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB, que pertence ao município de Riacho de Santana, que está localizado na Identidade do Território Velho Chico, na Bahia. Os objetivos da pesquisa se fundamentaram em conceituar as práticas da educação não formal, o trabalho como princípio educativo, a relação/vivência social e coletiva dentro da referida associação. Assim, essa luta organizada dos povos do campo, dos movimentos sociais como espaços de direitos constitucionais, foi constatada por meio da organicidade da classe trabalhadora do campo. O método utilizado foi o Materialismo Histórico Dialético e os instrumentos de coleta de dados foram questionários e análise documental. Durante o período de pesquisa da dissertação de mestrado de 2018 e 2019, evidenciamos a forma que o associativismo tem se perpetuado nesses espaços da APAB, com organicidade e gestão democrática, por políticas públicas e programas sociais. A Educação do Campo, como parte da luta dos movimentos sociais populares, têm assumido a característica de ser um contraponto à concepção hegemônica de educação no sistema capitalista.

Palavras chave: Associativismo. Comunidade. Políticas Públicas. Produção Sustentável.

Introdução

A pesquisa apresenta reflexões sobre a “Educação Popular e Agroecologia” dentro do associativismo na comunidade dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB no município de Riacho de Santana – Ba, a mesma faz parte da pesquisa concluída no mestrado acadêmico na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O foco da abordagem recai sobre associativismo com a seguinte temática da dissertação: “A Educação Não Formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB, no Município de Riacho

¹Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd/UESB; Especialista em Agroecologia pelo IF/Baiano e Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica - Faculdade Montenegro; Professor da Rede Municipal de Riacho de Santana - Ba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPED/UESB; E-mail: tony.dom1987@gmail.com

²Pós-Doutora em Movimentos Sociais e Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UESB); Prof.^a Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPED/UESB/DCIE/UESB/BA). E-mail: arlerp@hotmail.com

de Santana – Ba”, na perspectiva de analisar o trabalho que os sujeitos desenvolveram ao longo da última década, através das políticas públicas e organização popular e coletiva.

A pesquisa evidenciou que a forma como foi conduzido o trabalho via o associativismo na comunidade de Pau Branco, foi fundamental para que a saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica. É por meio de uma associação que a comunidade se fortalece e tem grandes chances de alcançar os objetivos comuns e políticas públicas nesses espaços. O Associativismo é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida dos associados e toda comunidade. Importante destacar que a Associação é uma pessoa jurídica, devidamente registrada em cartório e constituída livremente pela união de pessoas. Essa união acontece pra melhoria das condições de vida do grupo e da comunidade. A participação, a solidariedade, a cooperação em torno de objetivos comuns, têm sido fundamentais para assegurar melhores condições de vida das comunidades. Essa prática, mais do que uma forma de organização, é uma construção e uma conquista social.

Nessa perspectiva, busca-se uma nova forma de educar dentro do associativismo que leve em consideração a identidade cultural dos sujeitos que ali vivem. Por isso, os protagonistas na dinâmica da educação popular e não formal, são considerados sujeitos em construção e evolução para a emancipação. No entanto, os sujeitos são cabíveis a prerrogativa de perguntar-se quem são as pessoas com os quais compartilham experiências de vida durante esse trabalho coletivo/formativo, haja vista que esses sujeitos têm sua identidade, sua história também. Por isso que esses pequenos produtores e agricultores que produzem a partir de forma agroecológica no associativismo, devem perceber o quanto é importante assumir sua história para que então, possam descobrir a pessoa que está por trás desse trabalho como princípio educativo, conheçam sua história, respeitem suas diversidades e seus direitos (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011).

A concepção de associativismo se deu com os interesses comuns a partir de iniciativas de cooperação, esse sistema de trabalho coletivo, porém, somente a partir de 1990 é que as discussões ganharam consistência através da perspectiva do desenvolvimento local e social sob novas concepções e ideias as quais emergiram da concepção de sustentabilidade. Ou seja, o conceito tradicional de desenvolvimento deu lugar ao conceito de desenvolvimento local, associado aos adjetivos de integrado e sustentável. Os fatores responsáveis por esta mudança

de paradigma são múltiplos e estão situados tanto no contexto nacional como no internacional, abrangendo variáveis econômicas, culturais, políticas, sociais e ambientais.

Frantz (2002) afirma que o associativismo é caminho para desenvolver não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas.

E, ao associar o debate relacionado à educação aos problemas e necessidades presentes no conjunto da sociedade, sobretudo entre os trabalhadores, isto produz entre os mesmos um novo entendimento relacionado à educação, pois ela passa a ser vista também como possibilidade de tencionar a realidade objetiva no sentido de construir os questionamentos capazes de compreender a educação como prática social. Prática esta que, conforme Paludo (2001), está inserida e tem seus vínculos com o contexto geral, mas se faz no cotidiano vivido pelas pessoas concretas. A educação, como prática social estabelecida, é um espaço fundamental de produção individual e coletiva de significados e práticas que tenham como perspectivas a intervenção na vida objetiva e subjetiva dos homens, servindo como instrumento de leitura, análise e intervenção na realidade, concretizando no cotidiano vivido a formação do homem omnilateral e de uma outra concepção de mundo.

O associativismo na comunidade de Pau Branco, começou a desencadear, de fato, a partir de 2008 com a participação coletiva dos associados ao acessarem o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, também o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Com esses programas na APAB, Moreira (2019, p. 10) afirma que,

A emancipação política de uma sociedade tem tornado atores importantes para cobrar dos governantes a inserção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para os aspectos de uma produção agroecológica que contribua para a cultura desses pequenos produtores que residem naquele local.

Diante do atual contexto, o associativismo é uma porta de entrada para o fortalecimento da agricultura familiar no país, por reduzir custos, beneficiar a logística e o acesso ao mercado consumidor de forma democrática e solidária. E, se no campo a união faz a força no campo, essa relevância é ainda maior em trabalhos coletivos. Nessa primazia, a Associação dos

Pequenos Produtores Rurais de pau Branco – APAB, vem acessando as políticas públicas e um trabalho de sócios que sabem organizar o tempo na associação e dentro da programação família que tem sido importante na renda familiar, na capacitação e formação dessas pessoas e visando também uma comunidade coletiva, mais humana e igualitária.

O surgimento da APAB deu-se quando um grupo de pessoas da comunidade, ao sentir a necessidade de criar a Associação, reuniu-se em 13 de maio de 1989, na escola da referida comunidade para discutir e fundar a Associação na comunidade. Nesse mesmo dia foi registrada a Ata da primeira Assembleia Geral de fundação e, posteriormente, a eleição para a diretoria e o Conselho Fiscal da APAB (MOREIRA, 2019).

Atualmente, a associação possui 105 integrantes vinculados às atividades da associação. As principais fontes de renda das famílias se constituem a base da pecuária, agricultura e beneficiamento de alimentos, os produtos produzidos são derivados da horticultura como cebolinha, rúcula, coentro e alface, além de doces, bolos de mandioca, bolos de milho, pão, chimango, chiringa, polpas de frutas e farinha, de base agroecológica. O trabalho organizado na cooperação gera um mecanismo democrático e auto gerenciado por interesses sociais e emancipatório. Com isso, conclui que nunca foi fácil e nunca será, mas as organizações coletivas demonstram potencial de desorganizar a estrutura dos interesses exploratórios do capitalismo.

Aspectos metodológicos da pesquisa

Para a realização desta pesquisa, partimos dos pressupostos e da linha de pensamento do método Materialismo Histórico Dialético – MHD, onde a ligação entre o homem e a natureza suas histórias são distintas e sobre isto Spirkine; Yakhot (1975b, p. 9) afirmam que “A história da sociedade se distingue da história da natureza, em primeiro lugar, pelo facto de que a primeira é feita pelos homens enquanto ninguém faz a segunda”. Às análises dos dados da pesquisa, considera-se que a essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial ou apenas sob ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário”, considerando o fato que de “a essência se manifesta no fenômeno”. (KOSIK, 1997, p.11).

A associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco, está localizada na comunidade de Pau Branco, no município de Riacho de Santana - BA, que está localizado na identidade do Território Velho Chico - Oeste baiano. A comunidade de Pau Branco está há 15 km de distância da sede do município. Suas ações se norteiam principalmente em atividades advindos da agricultura familiar e em defesa dos direitos sociais desses sujeitos. Nessa análise, a primeira reunião da APAB, aconteceu no dia 13 de maio de 1989 na escola da comunidade de Pau Branco, para discutir e fundar a APAB. Diante dos fatos, no mesmo dia foi registrada a Ata da primeira Assembleia Geral de fundação e, posteriormente, a eleição para a diretoria e o Conselho Fiscal da APAB.

Após a fundação da APAB, sua organicidade e gerenciamento partiu dos seguintes princípios: atender as necessidades dos pequenos produtores e das famílias para possibilitar acesso as Políticas Públicas como o PAA e o PNAE, para o crescimento e os avanços dos associados daquela localidade, considerando a diversidade cultural, econômica e social, sem se falar das experiências e as especificidades de organizações coletivas, e contribuindo para o processo de formação e das capacitações adquiridas em grupos sociais, as produções agroecológicas, as lutas pelos movimentos sociais e a educação popular.

A presente pesquisa se fundamentou na abordagem metodológica qualiquanti e teve como objetivos, a princípio, a aquisição de dados e, a posteriori o seu entendimento, a fim de expandir novos olhares e possíveis descobertas. Segundo Andrade (1999), a metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento. Partindo desse pensamento, é visto que a pesquisa é compreendida como uma maneira de se estudar com mais afinco a questão focada neste trabalho

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como o

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

As análises e coleta de dados se permeou por meio de questionário com sócios projetistas, a fim de identificar se as práticas coletivas a partir de um viés agroecológico e a educação popular na APAB, do município de Riacho de Santana/Ba e teve como objetivos:

- 01) Analisar práticas coletivas e educativas na APAB;
- 02) Observar a organicidade das famílias em relação ao trabalho na Associação;
- 03) Identificar as práticas populares e na perspectiva da agroecologia;
- 04) e por último, verificar as vivências/experiências desses sujeitos no associativismo.

O referido estudo, teve como partícipes, os (as) sujeitos envolvidos (as) na formação, política, coletiva e humana no espaço da APAB no município de Riacho de Santana – Bahia. No Quadro 1, abaixo, o perfil breve dos (as) respondentes:

Quadro 1: Perfil dos (as) entrevistados (as)

<i>FUNÇÃO</i>	<i>ATUAÇÃO</i>	<i>PERÍODO</i>
Gestão APAB	Gerir e coordenar as ações e as atividades da APAB	2015 a 2019
Famílias na APAB	Trabalhar em equipe, trabalho coletivo dentro da APAB	2015 a 2019
Sociedade Civil	Ações da Vereadora no município de Riacho de Santana/Ba e Funcionária da Secretária de Desenvolvimento Rural da Bahia - SDR	2015 a 2019
Elaborador de Projetos	Elaborar e executar os projetos da APAB	2015 a 2019

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da APAB, 2019.

Diante das informações dos sujeitos no quadro acima, é importante salientar que o questionário é um instrumento composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 1999, p.100), e que tem por objetivo coletar dados de um grupo de respondentes.

Um novo projeto de Educação do Campo e Educação Popular

A Educação do Campo e Popular, neste contexto, encontra campo fecundo para constituir-se como teoria social, tendo o educador Paulo Freire papel fundamental na sistematização de tal concepção, que conforme Saviani (2008, p. 319), constituiu-se como “A expressão mais acabada da orientação seguida por esses movimentos e que maior repercussão teve no país e no exterior [...]”. Apontado a indissociabilidade entre o político e o pedagógico; a não neutralidade; a não ingenuidade; a sua característica histórica; a sua vinculação com um

projeto de desenvolvimento nacional e popular; apostando na organização popular como campo de atuação.

Em meados da década de 1980, a Educação Popular alcança seu auge como concepção pedagógica, assume o método de Paulo Freire como método de trabalho, com o qual as pastorais progressistas da Igreja, Organizações Não Governamentais – ONG’s, Sindicatos, Partidos de Esquerda e Movimentos Sociais Populares comprometidos com a transformação, buscam na efetivação prática, a partir da reflexão, contribuir para a solução dos problemas sociais.

O momento histórico de luta pela redemocratização também impulsionou a ampliação da Educação Popular. Em 1989, com as eleições presidenciais diretas, na qual a classe trabalhadora, identificando aqui, todas as forças populares que desde a Proclamação da República vinham trabalhando na perspectiva de um projeto nacional popular de desenvolvimento, unifica-se sob a égide da estrela do Partido dos Trabalhadores para a concretização de tal projeto.

Essas questões remetem a diferentes formas de sobrevivência e uma delas é o associativismo como garantia de direitos sociais fundamentais e de extrema relevância no mundo contemporâneo. Considerando a configuração histórica da Educação Popular no Brasil, e sua condição de concepção pedagógica, pode-se constatar conforme considerações de Paludo (2001, p. 85) que:

A emergência da concepção de Educação Popular pode e deve ser associada ao fato de as classes populares existirem e às suas condições de vida; às opções que as elites tiveram de rumos para o desenvolvimento do Brasil; ao movimento internacional dos trabalhadores; às ideias pedagógicas predominantes num determinado período; ao desejo e esperança de construção de um mundo melhor; e às possibilidades de, via educação, contribuir para a emancipação das classes subalternas e para a sua entrada no cenário político.

Ao resgatar o contexto de constituição da Educação Popular como concepção pedagógica, busca-se identificar uma possível vinculação desta com a luta por uma Educação do Campo. O que permitirá compreender os princípios da Educação Popular como determinantes da luta e constituição da Educação do Campo, pois ao assumirem tal demanda, os povos do campo, através dos Movimentos Sociais Populares do Campo, firmam-se em suas diversas experiências formativas no sentido de se contraporem à Educação Rural, vinculado à discussão do direito à educação, a necessidade também de discutir qual educação seria esta.

Sendo assim, está posto um importante marco para compreender a constituição da luta por uma Educação do Campo no Brasil. Esse marco gira em torno da questão: qual educação está sendo pleiteada pelos povos do campo? Sendo que as diferentes experiências que, no final da década de 1990, dão fôlego para que os Movimentos Sociais Populares do Campo se articulem e pautem a Educação do Campo na agenda educacional brasileira, como identificado, vêm se construindo historicamente, com uma vinculação intrínseca à concepção de Educação Popular.

A gênese da Educação Popular está nos movimentos operários do início do século XX; nas mobilizações e nos movimentos de massas quando da possibilidade de reformas estruturais de base; sob os ditames dos governos militares, durante a articulação de resistência e confronto ao regime ditatorial; no movimento de redemocratização, que possibilita a retomada do sindicalismo combativo e o surgimento dos Movimentos Sociais Populares comprometidos com a transformação, que intensificam sua atuação também no campo da educação, a partir da formação e escolarização de seus quadros e de suas bases. Sendo que essa atuação está intimamente ligada aos processos desenvolvidos no âmbito da Educação Popular.

O movimento pela Educação Popular e do Campo nasce a partir das condições de “desumanização” no modo de vida desse espaço, em que “em que o homem simples, minimizado e sem consciência desta minimização, era (é) mais ‘coisa’ que homem mesmo” (FREIRE, 1999, p. 43).

Essa proposta de educação vislumbra a valorização dos sujeitos e de suas culturas por ser uma proposta que transcende a questão da localização geográfica, pois de acordo com Fernandes (In: ARROYO, CALDART, MOLINA, 2009), é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico e prático de defesa do direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do seu lugar, de suas práticas e de suas relações, reconhecendo suas especificidades. É uma proposta de educação pensada desde o ponto de vista dos camponeses, enquanto processo universal de formação humana, na particularidade, mediante a realidade de sujeitos específicos, em tempo e espaço definidos, uma educação construída mediante a realidade objetiva e simbólica de seus agentes.



Desta forma, pode-se afirmar a possibilidade da Educação do Campo, na perspectiva da Educação Popular, ser considerada no sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo (SAVIANI, 2008). Essa afirmação leva-nos a compreender a Educação do Campo como uma prática educativa que se propõem a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas (PALUDO, 2001), neste caso, a classe trabalhadora que vive no campo, e tem sofrido na pele as marcas da opressão, discriminação e exploração impostas pelo capital, também e inclusive, no que se refere ao seu não acesso à educação.

A educação moderna produzida pela burguesia está reduzida aos processos escolares, negando os aprendizados da experiência, da cultura e do trabalho coletivo de um povo lutador. [...] A finalidade a que nos propomos é levantar elementos para construir a concepção de educação não formal resgatando sua relação com o mundo do trabalho, no qual se constituem esses sujeitos politizados que, nas suas práticas sociais e pedagógicas. (MOREIRA, 2019).

Sendo assim, pode-se fixar como marco, o vínculo intrínseco entre a luta por uma Educação do Campo e a Educação Popular. Pois a Educação do Campo vem se materializando como uma maneira de ocupar espaços de educação formal. Tendo por base a concepção e o fazer educativo da Educação Popular, avançando e tencionando a esfera da política pública, tanto no aspecto político, assim como, no didático-pedagógico, e através dele, garantindo sua incidência de forma direta em processos educativos formais.

Políticas Públicas: Agricultura Familiar e Agroecologia

Quanto as Políticas Públicas na APAB do município de Riacho de Santana vêm se desenvolvendo no seu planejamento e organicidade, é necessário compreender que os programas PAA e PNAE estão diretamente ligados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Com o PRONAF, as políticas voltadas para a agricultura familiar experimentaram crescimento expressivo, ampliando seu escopo e escala (Santos, 2011). Nesse momento ocorreram também importantes conquistas institucionais, principalmente a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999. Nos governos Lula (2003-2010) foram criadas várias políticas sociais articuladas com outros ministérios, ganhando destaque o

PAA, a reformulação do PNAE, e outras ações de desenvolvimento rural que buscam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Diante de tal contexto, para Abramovay (2006) afirma que a valorização da agricultura familiar no país foi pautada a partir de três planos distintos. O primeiro diz respeito ao plano intelectual, devido ao surgimento de diversos estudos e pesquisas que permitiram estratificar e capturar toda a heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar a sua relevância socioeconômica. O segundo plano é o das políticas públicas, principalmente após o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990.

Estas e outras políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios no campo a milhares de famílias. No plano social, por último, a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar.

O PRONAF, instituído em 1996 por meio do Decreto nº 1.946, foi planejado e implementado com base em uma discussão na qual se inseriu uma ampla rede de organizações, envolvendo diversas escalas governamentais, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, dentre outros atores. Em seu desenho institucional inicial, o PRONAF foi organizado em três linhas distintas: i) Crédito, linha esta que, desde o início do programa, foi a principal em termos de volume de recursos (mais de 90% do total); ii) Infraestrutura e Serviços Municipais, que a partir de 2003 passou a ser deliberada em âmbito territorial; e iii) Capacitação, que perdeu sua importância atualmente.

O PAA foi criado em 2003 por meio da Lei nº. 10.696, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Esse representou uma oportunidade para os agricultores familiares comercializarem a produção ao preço normalmente pago pelos equipamentos públicos (escolas, hospitais, etc.) aos intermediários, eliminando esse agente. Há diversos estudos que relatam a inclusão de atores sociais mais excluídos como assentados de reforma agrária no PAA, ou seja, é uma política que

tem uma função de fornecer renda aos agricultores familiares, especialmente aos excluídos dos mercados.

A Lei nº. 11.947/2009 determina que 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados para compras da agricultura familiar. No Brasil, os 30% representam cerca de 1 bilhão de reais. As compras em grande parte são realizadas pelos estados e municípios por meio das chamadas públicas com preços definidos nos mercados locais. Isso representa uma grande oportunidade de inserção dos agricultores familiares nos mercados locais, assim como, nas grandes cidades.

Associativismo e Autogestão

Para conceituar o associativismo e sua organicidade, a autogestão tem sido exposta com bastante precisão na literatura (GUILLERM e BOURDET, 1976), indicando suas características essenciais ou determinantes. A definição de autogestão deve ser compreendida, neste sentido, não em sua concretude empírica, mas como negação da heterogestão. No entanto, o conceito de autogestão vem sendo aplicado indistintamente para referir processos de gestão que, embora tenham determinadas características autogestionárias, não observam completamente todos os elementos constitutivos essenciais de uma autogestão, ou seja, não se constituem em negação absoluta da heterogestão, em sua oposição (MOREIRA, SANTOS, LUCENA, 2021).

É necessário compreender que a autogestão no associativismo, é um projeto de superação do modo capitalista de produção, destrói a noção de economia atrelada ao lucro, à exploração e à dominação (MOREIRA, SANTOS, LUCENA, 2021). A autogestão social não é nem uma mera extensão da democracia representativa formal a todas as esferas da sociedade, nem uma democracia ou gestão participativa, tampouco uma correção dos princípios centralizadores da democracia popular (Faria, 2009).

Nessa perspectiva sobre a organização do trabalho associado, conforme afirma Marx (1977), a forma particular e singular de organizar coletivamente e de maneira associada à produção de mercadorias que circulam no mercado capitalista. Quando inserida no modo de

produção capitalista, as Associações do município de Riacho de Santana se estruturam na direção contrária às formas heterogeridas da organização capitalista de trabalho.

Diante do atual contexto hegemônico atual, marcado pela simultaneidade de um expressivo avanço tecnológico ao lado de um conjunto de desafios sociais - estes advindos de uma produção problemática de riqueza, na qual persistem a desigualdade social, as crises econômicas, o desperdício mercantil e a degradação dos ecossistemas - a construção de alternativas sistêmicas-organizacionais que possibilitam reverter esse quadro torna-se uma necessidade cada vez mais evidente, possibilitando assim o funcionamento efetivamente sustentável e duradouro do metabolismo social entre os humanos (MÉSZÁROS, 2002; HARVEY, 2011).

Tratamento e análises dos dados

Para compreender e analisar a “Educação Popular e o sentido de Associativismo” a partir de sua organicidade como a importância do trabalho coletivo/cooperativo em um novo conceito de educar na comunidade de Pau Branco no município de Riacho de Santana/Ba, a coleta de dados da pesquisa se deu por questionário com a direção, três famílias selecionadas que conhece todo processo histórico da associação, de sua fundação aos dias atuais, duas representantes da sociedade civil de Riacho de Santana e o elaborador de projetos que elaborou as propostas para execução de alguns programas como o PAA e o PNAE. A pesquisa teve um recorte de 2015 a 2019 para analisar as ações do trabalho cooperativo/coletividade e o gerenciamento desse trabalho em grupo.

Importante destacar que o associativismo na APAB e o conceito de educar como um projeto novo, na perspectiva da produção coletiva e solidária, ao confrontá-lo com o conceito de economia solidária, autointitulado como uma nova forma de produzir, na perspectiva da sustentabilidade, da agroecologia e da educação do campo como um viés voltado para a agricultura familiar e o pequeno produtor que trabalha no campo. Para isso, o trabalhador do campo, (APAB), propôs a adotar práticas que envolvam a sociedade e que estes estejam dispostos a lutar ao lado dos povos do campo por melhores condições de vida no campo (GHEDIN; NASCIMENTO; SANTOS, 2012).



O caráter associativo desses empreendimentos não confere qualquer garantia de contraposição às regras operacionais da estrutura capitalista (MÉSZÁROS, 2002). Nesse sentido, a APAB vem articulando dentro do seu espaço o conceito de associativismo que está relacionado à utilização de métodos e técnicas específicas de trabalho capazes de estimular a cooperação, a coletividade, a auto confiança, exercitar a ajuda mútua entre os participantes, estimular a parceria, fortalecer o capital humano, melhorar a qualidade de vida, apoiar ações de produção e comercialização coletivas, o saber popular, a educação não formal e outras características que incorporam dentro da APAB.

Tabela 1 - Informações básicas sobre a Associação de Pau Branco

<i>Número de Associados na APAB</i>	105
<i>Número de sócios ativos</i>	65
<i>Número de sócios inativos</i>	40
<i>Sexo feminino na APAB</i>	63
<i>Sexo masculino na APAB</i>	42
<i>Número de sócios projetistas na APAB</i>	40
<i>Número de sexo feminino nos projetos da APAB</i>	44
<i>Número de sexo masculino nos projetos da APAB</i>	16
<i>Taxa de contribuição mensal na APAB</i>	R\$ 2,00 reais
<i>Taxa de contribuição dos sócios projetistas pelos projetos aprovados e executados na APAB</i>	10%
<i>Extensão territorial da sede na APAB</i>	Aproximadamente um hectare

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Gestão APAB, 2019.

As análises dos dados no contexto da APAB, o protagonismo feminino tem destaque forte pela prestação de serviço com qualidade, pois elas passaram a se dedicar diretamente aos projetos que visam o desenvolvimento social e humano, por meio de ações que promovem a autoestima, autonomia, melhores condições de vida, cidadania, respeito à pluralidade, igualdade de oportunidades e inclusão social. Foi uma conquista importante das mulheres na APAB, uma vez que elas mostraram o potencial adquirido nas diversas atividades que foram aparecendo ao longo dos anos na APAB.

Tabela nº 02 – Dados sobre o PAA na APAB

<i>PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA - APAB</i>	
<i>Ano do projeto</i>	2015
<i>Valor do projeto</i>	535.997.70 Reais
<i>Valor destinado a APAB</i>	53. 597. 07 Reais
<i>Valor cada sócio projetista recebeu</i>	8.000 Reais



Número de sócios projetistas	66 Projetistas
Número de homens	09 Homens
Número de mulheres	57 Mulheres

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Gestão APAB, 2019.

Quanto ao que se refere as políticas públicas e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que foi aprovado em 2015 na APAB a partir da pesquisa realizada, os números apresentam um valor considerável do projeto aprovado e executado pela associação. É importante frisar que foi um ano em que APAB teve o maior projeto aprovado financeiramente, isso mostra como o associativismo foi fundamental para a referida associação da comunidade de Pau Branco que ajudou na renda familiar desses pequenos agricultores e emanciparam nas suas atividades organizativas e produzindo os alimentos de forma sustentável e agroecológica.

Questionários na APAB

Algumas associações têm sido destaque no município de Riacho de Santana pelo trabalho Popular na Educação do Campo com um viés para a educação não formal de forma solidária, cooperativa e social. Ao investigamos a organicidade da Associação dos Pequenos Produtores rurais de Pau Branco – APAB, e percebemos que nos últimos anos, a APAB tem sido destaque no município de Riacho de Santana, de tal maneira de gerir e organizar esse trabalho popular e social, tem garantido a permanência dessas pessoas nesses espaços. Partindo dessas premissas, além da APAB, algumas pessoas da sociedade civil se dedicam para que esse trabalho que tem ajudado a comunidade de Pau Branco aconteça, a exemplo do projetista que elabora os projetos da associação mais uma vereadora do município de Riacho de Santana/Ba e também uma funcionária da Secretária de Desenvolvimento Rural - SDR.

Ainda questionando a direção além das responsabilidades com seus associados, fiz a seguinte pergunta: “Quais foram as maiores conquistas que associação teve nos últimos anos?” À presidente que atuou em 2018 respondeu:

Podemos observar que nos últimos 05 anos, as maiores conquistas foram: construção da fábrica com parte do recurso federal e outra parte de recurso próprio da instituição; aquisição de trator e implementos agrícolas; vendas para o PNAE, PAA, prefeitura de Riacho de Santana e fomos contemplados nos últimos meses com projetos da Bahia Produtiva pelo governo do estado da Bahia (PRESIDENTE DA APAB, GESTÃO DE 2018).

Qual é a maneira mais eficaz você deixa para que as associações possam desenvolver significativamente no sentido de contribuir para a formação humana dos sócios, bem como, ajudar na renda familiar? A vereadora do município de Riacho de Santana respondeu da seguinte maneira,

Em primeiro lugar que todos (as) associados (as) passem por uma formação para que compreendam o associativismo e vivam o sentimento de pertença. Depois passem a desenvolver atividades coletivas como hortas comunitárias, ainda que para o consumo, criação de galinhas, viveiros comunitários, mutirões para trabalharem as lavouras como antes faziam, creio que são ações que fortalecerão o associativismo local ajudando também na renda familiar. Só para ilustrar, em reunião com a associação de Paus Preto de Vesperina no sábado 16 de fevereiro 2019, às pessoas cobraram o trabalho coletivo que a associação deixou de fazer. (VEREADORA DO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA, 2019).

É perceptível a diversidade dos produtos oriundos da agricultura familiar das propriedades do campo/local e a capacidade de trabalhar de forma coletiva e estratégica permitem que os sócios projetistas da APAB possam produzir de forma expressiva e de qualidade os alimentos para serem entregues às entidades do município de Riacho de Santana, via PAA e PNAE. Lembrando que uma boa associação é atribuída esse espaço para o exercício da democracia, de conquista de direitos, da mesma forma que a fábrica foi o espaço de luta e conquista dos direitos sociais dos trabalhadores.

Já a secretária da SDR, disse a seguinte mensagem sobre a APAB:

Um outro ciclo que culminou na constituição de um grande número de associações (na década de 90 a 2000 mais ou menos), foi com a expansão da política de crédito rural, com financiamento pelo Banco do Nordeste, de projetos produtivos para associações rurais. Com isso foi liderado no município, um grande movimento para a criação de associações de produtores rurais com a finalidade exclusiva (com raras exceções), de acesso aos financiamentos de crédito rural. Vale ressaltar que devido à falta de objetivos claros e maior solidez no processo de constituição dessas associações, a maioria acessaram os créditos, e sem experiência em gestão (de associativismo ou do próprio crédito), não evoluíram, não aplicaram de forma adequada os empréstimos, se endividaram juntamente com seus sócios, vindo diluir posteriormente (FUNCIONÁRIA SDR, 2019).

De outra parte, segundo o Elaborador de Projetos (2019), seria: “definir como estratégia empreendedora, visão e negócio dentro das ações focadas na sustentabilidade, com base nos princípios da Agroecologia, Economia Solidária e se articulando em redes solidárias de comercialização dentro do município”. Nessa análise, a construção de uma cultura cívica parece

tencionar e motivar a participação da sociedade civil nas questões públicas e, por conseguinte, a melhoria do desempenho dos governos.

Ao perguntar as famílias da APAB, sobre o trabalho desenvolvidos a partir da agricultura familiar, agroecologia e os programas do Governo Federal, respondeu,

Como a base do sustento das famílias da região é através da agricultura familiar, o que ganhamos na APAB é para o sustento e o pouco que sobra é para investimos nas nossas propriedades que trabalho que é na perspectiva da agricultura familiar, na produção de hortaliças, de frutas e também nos criamos de animais em específico, os bovinos (FAMÍLIA B, 2019).

As motivações dos produtores para a permanência na associação são a sobrevivência das rendas via grupo e a conquista de financiamentos facilitados pelo Governo Federal quando feitos coletivamente. Outro aspecto importante também é a existência de uma educação não formal e com a preocupação ambiental entre os associados, sendo esta uma das pautas da associação e de sua cultura local. No entanto, verificou-se que a maior parte dos produtores-associados, produzem alimentos agroecológicos, sem o uso de agrotóxicos e as atividades participativas/coletivas da associação e a representação que os indivíduos têm de si mesmo e de suas práticas (FAMÍLIA A, 2019).

Percebemos várias conquistas e os avanços através das famílias que trabalham na APAB, a partir de uma produção agroecológica e sustentável. Diante das constatações, buscamos compreender como a associação vem se organizando e se auto gerindo com as implementações do PAA, PNAE e PRONAF junto ao Poder Público. Nesse tocante, a organização da APAB, funciona como alternativa de produção sustentável nesses espaços cooperativos e, por conseguinte, um componente das estratégias da reprodução social dos pequenos produtores rurais que têm o trabalho familiar como centralidade da condução do processo (re) produção das condições materiais de sua existência no espaço do campo de forma solidária (MOREIRA, SANTOS, LUCENA, 2021).

Considerações Finais

O presente artigo se permeou em analisar a Educação Popular e a Agroecologia dentro da comunidade do Pau Branco, através das ações que associação dos Pequenos Produtores Rurais desenvolve na comunidade. A referida associação foi fundada em 13 de maio de 1989, na escola de Pau Branco, tendo como objetivos e reflexões a educação não formal, as práticas formativas, as organizações e as relações de trabalho e a relação popular e social.

Outrossim, buscamos discutir como a associação vem se organizando e auto gerindo com as implementações dos principais programas como o PAA, PNAE e PRONAF de 2015 a 2019 junto ao estado. Nessa vertente, o planejamento, as ações do associativismo como alternativa de produção sustentável nesses espaços cooperativos e, por conseguinte, um componente estratégico de reprodução social na comunidade e com centralidade da condução do processo (re) produção das condições materiais de sua existência no espaço do campo de coletiva e emancipatória.

Portanto, a APAB tem sido referência no âmbito local e regional pelo trabalho desenvolvido nos últimos anos. O associativismo se constitui em força estratégica capaz de melhorar as condições de vida das pessoas e de uma população, viabilizando maior participação social e estreitando os laços entre a sociedade organizada e o poder público, sob todas as suas dimensões, sendo assim, consideramos que o mesmo se insere como alternativa da participação popular para o desenvolvimento local e contribuindo para geração de emprego e renda desses pequenos produtores/agricultores.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. Estudo da Dimensão Territorial do PPA. Brasília: CGEE, 2006.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo. Editora Atlas S/A, 1999.

ARROYO, Miguel. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna. **Por Uma Educação Do Campo** – 4ª ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BRASIL. Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Disponível em: <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4772.htm >. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 16 Abr. 2021.

FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: jun. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade** - 23ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GHEDIN, Evandro; NASCIMENTO, Gabriel Rodrigues; SANTOS, José Ricardo Almeida. O Pronera como política de inclusão social no mundo do trabalho educativo. In: GHEDIN, Evandro (org.). **Educação do campo: epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GUILLERM, Alan; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HARVEY, D. O Enigma do Capital: as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

Kosik, Karel. (1997). **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira. Campinas: Boitempo, Editora da UNICAMP, 2002.

MOREIRA, Antônio Domingos. (2019). **A Educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB no município de Riacho de Santana – BA. 2019**. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista.

MOREIRA, Antônio. SANTOS, Arlete & LUCENA, Emerson. O associativismo no município de Riacho de Santana - BA: desafios e perspectivas para o crescimento. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Publicação Contínua / Continuous Publication. Tocantinópolis/Brasil. V.6. 2021.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. – Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

SANTOS, F. P. dos. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil**. 2011. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração Pública e Governo, FGV, São Paulo, 2011. Disponível em: <Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8211> >. Acesso em: 25 abr. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. – 2ª ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

SPIRKINE, A. YAKHOT, **O Princípios do Materialismo Histórico**. S. São Paulo: Estampa, 1975b.